

ENTRE A AÇÃO COMUNICATIVA E A MATERIALIDADE HISTÓRICA: LIMITES E POSSIBILIDADES A PARTIR DAS JORNADAS DE JUNHO¹

ENTRE LA ACCIÓN COMUNICATIVA Y LA MATERIALIDAD HISTÓRICA: LÍMITES Y POSIBILIDADES DESDE LAS JORNADAS DE JUNIO

Daniel Araújo Valença²

Resumo: O presente artigo se debruça sobre as jornadas de junho de 2013, conjunto de mobilizações ocorridas em todo o Brasil. A partir da análise das mesmas, colocar-se-á os limites da teoria da ação comunicativa para a compreensão daquela totalidade social. Por outro lado, categorias como ideologia e hegemonia, fundadas na materialidade histórica e concretude do real, revelar-se-ão centrais para a reflexão sobre aqueles processos. Tem-se por objetivo, portanto, desvendar como se deram as mudanças de consensos naquele período, com recorte temporal mais balizado entre 13 e 20 de junho. Os atos, na realidade, em função de discursos ideológicos e intensa disputa de hegemonia, e não da conformação de consensos a partir da racionalidade discursiva, tiveram a alteração das suas principais plataformas políticas. Por fim, tem-se que a teoria do agir comunicativo, em relação ao caso em debate, revela insuficiências ao se mostrar essencialmente deontológica e não desvelar conflitos de classes e grupos, relações de poder fundantes da hegemonia.

Palavras-chave: jornadas de junho – ação comunicativa – materialidade.

Resumen: Este artículo se centra en las jornadas de junio de 2013, conjunto de movilizaciones que se produjeron en Brasil. A partir de las análisis de la misma, se colocará los límites de la teoría de la acción comunicativa para la comprensión de esta totalidad social. Por otro lado, las categorías tales como la ideología y la hegemonía, con base en la materialidad histórica y concreción de la realidad, demostrará ser fundamental para el examen de esos procesos. El objetivo es, por lo tanto, descubrir como tienen los cambios en el consenso en ese período, teniendo como recorte temporal el período entre los días 13 y 20 de junio. Los actos, en realidad, debido a los discursos ideológicos y una intensa lucha por la

¹ Data de recebimento do artigo: 18.08.2014.

Datas de pareceres de aprovação: 25.08.2014 e 24.09.2014.

Data de aprovação pelo Conselho Editorial: 03.11.2014.

² Professor Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA). Doutorando em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro da secretaria executiva nacional do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS). Coordenador do Grupo de Estudos em Direito Crítico, Marxismo e América Latina (GEDIC).

hegemonía, y no em la conformación de un consenso a partir de la racionalidad discursiva, tuvieron que cambiar sus principais plataformas políticas. Por último, se sigue que la teoría de la acción comunicativa, en relación con el caso que nos ocupa, revela deficiencias, considerando que es esencialmente deontológica y no revelar los conflictos de clases y grupos, relaciones de poder fundadas en la hegemonía.

Palabras-clave: jornadas de junio - acción comunicativa - materialidad.

1. Introdução

No mês de junho de 2013 uma série de mobilizações políticas eclodiu em todo o país. Estas, em decorrência de sua densidade e importância histórica, podem ser analisadas sob diferentes perspectivas: no tocante à atualidade dos partidos políticos e novas formas de ação política; quanto à criação do direito e criminalização dos movimentos sociais; quanto à questão urbana e o direito à cidade, dentre outras possibilidades. Ou seja, tal objeto abre um leque para amplas e densas reflexões. No presente artigo, focar-se-á, todavia, os limites e possibilidades da ação comunicativa e de categorias fundadas na materialidade para a compreensão de tais processos políticos.

Na teoria da ação comunicativa de HABERMAS (1999), tem-se a apresentação da razão comunicativa como instrumento de produção de consensos racionais, a partir da comunicação intersubjetiva em uma esfera procedimentalmente democrática. Essa construção teórica propõe uma deontologia acerca da estruturação dos espaços de formação da opinião e tomada de decisões políticas, baseando-se na concepção de que, a partir de instâncias discursivas em que se verificam condições para o exercício da razão comunicativa, as contradições e conflitos sociais poderão ser substituídos por acordos, atingidos através da argumentação racional de todos os participantes do discurso. Esse preceito básico da teoria da ação comunicativa revela uma deontologia para a estruturação dos espaços institucionais de criação normativa no Estado Democrático de Direito. Em posição oposta, temos a perspectiva de análise social materialista, baseada em elementos reais, históricos e concretos, para a qual esta instância democrática revela-se formal e de baixa intensidade, adequada a uma sociedade cindida em classes, assegurando relações de poder e dominação ao invés da falada produção de consenso.

Este artigo parte dessas correntes contrapostas para analisar as jornadas de junho, conjunto de mobilizações ocorridas em todo o país naquele mês. Tem-se como problema as diversas conjunturas constituídas naquele processo e como hipótese a insuficiência da teoria Habermasiana para a compreensão das diversas conjunturas surgidas no seio dos atos de junho, visto que a mesma termina por idealizar os espaços de resolução de conflitos sociais e a possibilidade de construção de consensos, não considerando a centralidade de interesses opostos de classes e grupos.

Opta-se por, em um primeiro momento, expor a categoria do agir comunicativo em Habermas e, de outro lado, os conceitos de hegemonia e ideologia, com base em reflexões de Gramsci (2010) e Chauí (2000), enquanto categorias materialistas de análise. Logo após, analisar-se-á os fatos e eventos de junho utilizando dialeticamente tais categorias.

2. Categorias de análise: agir comunicativo, ideologia e hegemonia

HABERMAS, ao longo de sua obra, buscou recuperar a razão e os valores da modernidade. Enxerga aquela, não na perspectiva iluminista (razão ingênua) e nem no pessimismo de Adorno e Horkheimer, mas, sim como agir comunicativo. Nesse sentido, “a teoria do discurso assimila elementos liberais e republicanos, para integrá-los no conceito de um procedimento ideal para a deliberação e a tomada de decisão, convencida de que é possível chegar a resultados racionais equitativos” (BORGES, 2010, p.253). Este procedimento se dá no âmbito de uma sociedade civil com base social de esferas públicas autônomas, já que se distinguem tanto do sistema econômico (mercado) quanto da administração pública. Parte-se, portanto, da possibilidade de construção de um discurso racional e válido porque fundado no consentimento:

Isso porque espaços públicos autônomos só poderiam cristalizar-se em torno de associações livres à medida que se impusesse a tendência, que hoje vai-se tornando visível, de uma separação da cultura em face da estrutura de classes. Discursos públicos encontram ressonância apenas na medida de sua difusão, portanto, apenas sob condições de uma participação ampla, ativa e, ao mesmo tempo, *disseminante (zerstreuend)*. Esta participação requer o pano de fundo de uma cultura política igualitária, desprovida de privilégios de formação, e tornada intelectual *em toda amplitude* (HABERMAS, 1990, p.113).

A abordagem realizada por HABERMAS, portanto, foca na racionalidade de procedimentos conectados a partir da prática comunicativa e na possibilidade deontológica de construção de espaços onde os indivíduos atuem de maneira razoavelmente igualitária na construção dos consensos possíveis. Nessa perspectiva, a sociedade civil é um espaço constituído de esferas autônomas frente ao Estado e a economia, *locus* da produção destes consensos.

Em sentido oposto, a partir de uma perspectiva material e dialética, GRAMSCI formulou o conceito de hegemonia ao se debruçar sobre os processos de construção de consensos. Ao lançar interesse sobre a nova realidade que pairava em torno do Estado moderno, especialmente o Italiano, ele problematizaria a distinção entre sociedade civil e sociedade política, sendo aquela o

conjunto dos organismos, vulgarmente ditos privados, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade. Gramsci opõe a ela a sociedade política (o Estado, no sentido estrito do termo), da qual ela constitui a 'base', o 'conteúdo ético' (PORTELLI, 1977, p.22).

Se em MARX (2009) a sociedade civil é a esfera do indivíduo egoísta e a sociedade política é a do cidadão, aqui elas se encontram dialeticamente interligadas e, apesar de distintas, se interconectam e constroem os valores de classes e grupos dominantes em determinada sociedade:

[...] 'sociedade civil' [...] e 'sociedade política' ou Estado, planos que correspondem, respectivamente, à função de 'hegemonia' que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de 'domínio direto ou de comando', que se expressa no Estado e no governo 'jurídico'. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os 'prepostos' do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso 'espontâneo' dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce 'historicamente' do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura 'legalmente' a disciplina dos grupos que não 'consentem', nem ativamente nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2010, p.20-21)

A construção da hegemonia se dá, portanto, pelos 'aparelhos privados' de construção de "consenso" – a partir da práxis dos intelectuais –, significando direção política e moral de

determinada classe dominante sobre as demais, subalternas. É impossível se falar de pessoas não intelectuais (GRAMSCI, 2010, p.52), mas há diversos graus de atividades especificamente intelectual: a escola, o teatro, as bibliotecas, os museus, as Igrejas aparecem como “fatores de hegemonia” (GRAMSCI, 2010, p.188). Gramsci desvela, portanto, a transição do Estado como aparelho de domínio de uma classe sobre as demais, para a nova realidade em que domínio pela via coercitiva é balanceado pelo consentimento, adesão das classes subalternas aos valores das dominantes.

Partindo-se do conceito de hegemonia, tem-se que, desde a década de 1990, construiu-se um consenso no país de que a democracia resume-se à participação em eleições periódicas e à manutenção do Estado Democrático de Direito³. Assim, atos de rua eram vistos pela maioria da população como ações que causavam danos à população, ao direito de ir-e-vir; impediam a criança de ser clinicada e a homens e mulheres de chegarem aos seus ambientes de trabalho. Tal visão levava a população a, inclusive, apoiar a repressão do aparelho coercitivo do Estado, já que os próprios manifestantes incitavam e inicializariam a violência na maioria desses atos.

O interessante das Jornadas de Junho é justamente o provisório redesenho de tal consenso; aquilo que parecia sólido, desmanchou-se no ar, e imediatamente surgiu a necessidade de sua ressignificação.

Porém, para a compreensão deste processo, importa também resgatarmos a categoria ideologia, desvelada em longa e precisa passagem de CHAUI (2000, p.03-04):

[...] a ideologia não é apenas a representação imaginária do real para servir ao exercício da dominação em uma sociedade fundada na luta de classes, como não é apenas a inversão imaginária do processo histórico na qual as ideias ocupariam o lugar dos agentes históricos reais. A ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o *aparecer* social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real. Fundamentalmente, a ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos ‘ensinam’ a conhecer e a agir. A sistematicidade e a coerência ideológica nascem de uma determinação muito precisa: o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser, e, destarte, engendrar uma lógica da identificação de todos os

³ Na história do Estado moderno, é a partir da segunda metade do século XX que a maioria dos Estados ocidentais irão se legitimar em ordens constitucionais e na concretização de democracia de tipo liberal representativa, passando, então, a receber essa nomenclatura.

sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante. Universalizando o particular pelo apagamento das diferenças e contradições, a ideologia ganha coerência e força porque é um discurso lacunar que não pode ser preenchido. Em outras palavras a coerência ideológica não é obtida malgrado as lacunas, mas, pelo contrário, graças a elas. Porque jamais poderá dizer tudo até o fim, a ideologia é aquele discurso no qual os termos ausentes garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado” (p.03-04).

A ideologia, portanto, em perspectiva marxiana, revela-se como um discurso articuladamente lacunar, onde o não dito possibilita uma apreensão incompleta da realidade e, conseqüentemente, a impossibilidade de sua compreensão em sua plenitude e a legitimação das contradições. É pela ideologia que se naturalizam as desigualdades da era moderna; a inviabilização de uma visão totalizante a cerca do mundo impede que as classes sociais desfavorecidas cheguem à raiz dos mecanismos de opressão.

Tendo estas três categorias como suporte teórico, examinar-se-á as jornadas de junho, especialmente no período entre os dias 13 e 20 de junho, quando ocorreram as maiores mudanças naquele contexto político do país.

3. Da historiografia dos atos

Analisando os atos a partir duma perspectiva totalizante, opta-se por dividir as jornadas de junho em dois momentos de conjunturas distintas: o período da criminalização e o da resignificação. Isto porque, como se verá, o próprio sentido dos atos foi alterado e é este o momento em que utilizar-se-ão as categorias escolhidas para analisar tais reestruturações discursivas.

3.1 A fase da criminalização

Em seis de junho ocorreu o primeiro ato contra o reajuste das passagens em São Paulo e, ressaltando-se, fora convocado por organizações: Movimento Passe Livre e outras entidades (inclusive, dentre elas, juventudes partidárias de esquerda⁴). Na realidade, há anos

⁴ A comprovação de tal afirmação pode ser realizada nos próprios sítios da grande mídia empresarial em reportagens deste período, como no editorial do Estadão do dia 13 de junho, disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,chegou-a-hora-do-basta-,1041814,0.htm>>. Tal cobertura

que as capitais brasileiras têm sido sacudidas por mobilizações contra reajustes de passagens. Em Natal (RN), por exemplo, elas ocorrem desde a década de 1990, sendo que em 2012 tomou uma forma organizativa própria, denominada “Revolta do Busão”, agregando anarquistas, militantes de juventudes partidárias, estudantes, dentre outros que, por assembleias, decidem o futuro do movimento.

Ao primeiro ato seguiram-se outros, imediatamente. As primeiras mobilizações levaram às ruas entre duas a dez mil pessoas, com ações isoladas de depredação, condenadas veementemente pelas grandes empresas de comunicação. Tal postura mobilizou também setores conservadores, que se expressavam e incitavam a violência de maneira completamente aberta e despreocupada:

Estou há 2 horas tentando voltar para casa mas tem um bando de bugios revoltados parando a avenida Faria Lima e a Marginal Pinheiros. Por favor, alguém poderia avisar a Tropa de Choque que essa região faz parte do meu Tribunal do Júri e que se eles matarem esses filhos da puta eu arquivarei o inquérito policial. Petista de merda. Filhos da puta. Vão fazer protesto na puta que os pariu...que saudades da época em que esse tipo de coisa era resolvida com borrachada nas costas dos medras... (BRASIL DE FATO, 2013⁵).

Após uma semana de atos e o aumento do volume dos mesmos, os conglomerados midiáticos passaram a incidir de maneira articulada para criminalizar e deslegitimar o movimento. Outra não poderia ser a conclusão ao analisarmos a linha editorial da mídia impressa e televisiva em menos de 24 horas, ao longo do dia 13 de junho. Ainda na madrugada, Arnaldo Jabor (2013b) iniciara uma fala ríspida e agressiva, voltada a atrelar o movimento à violência⁶:

Afinal, o que que provoca um *ódio* tão *violento* contra a cidade? Só vimos isso quando a organização criminosa de SP queimou dezenas de ônibus, não pode ser por vinte centavos [...] Esses caras vivem num passado de ilusão, eles são a caricatura *violenta* da caricatura de um socialismo dos anos 50 que a velha esquerda ainda defende aqui; realmente, esses *revoltosos* de classe média, não valem nem vinte centavos (grifos próprios).

confronta-se com o que se seguiu nas semanas seguintes, quando a mobilização para os atos é tratada como algo independente de entidades (principalmente partidárias e de representação de classe e grupos).

⁵ Em sua linha do tempo, da rede social Facebook, o supracitado promotor elaborou tal relato e o postou no dia 07 de junho, o qual logo estaria nos principais meios alternativos de comunicação. Disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/node/13258>>, acesso em 14 de junho de 2013.

⁶ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=IyiQH4QAbuQ>>.

Assim como cada palavra deste texto é fruto de reflexão, de uma externalização e posterior reflexão do autor, não era à toa que se associava “sutilmente” os manifestantes e “a velha esquerda” ao PCC. O crescimento dos atos e sua persistência e constância requeriam uma reação, no campo da coercitividade, mas, também, em âmbito ideológico, para justificar àquela. Em paralelo à associação da violência ao movimento, era fundamental, também, mostrar que não havia pauta; que os vinte centavos estavam abaixo da inflação e que eram “revoltosos de classe média”, rebeldes sem causa:

[...] No fundo, tudo é uma imensa ignorância política, é burrice, misturado a um rancor sem rumo; há talvez a influência da luta na Turquia, justa e importante contra um islamismo fanático; mas aqui, se vingam de que? Justamente, a causa deve ser a ausência de causas. Ninguém sabe mais por que lutar num país paralisado por uma disputa eleitoral para daqui há um ano e meio [...] (JABOR, 2013b).

Fazendo-se uma análise histórica dos atos, algo que impressiona é a completa omissão da grande mídia empresarial quanto à proposta de gratuidade nos transportes públicos e seu histórico na cidade de São Paulo. Data de 1990 o projeto de lei que a então prefeita do Partido dos Trabalhadores, Luiza Erundina, propôs ao legislativo municipal com fins de garantir a completa gratuidade no transporte público,⁷ mediante a majoração de tributos progressivos, tais como o IPTU progressivo. Assim, ressalta Marilena Chauí que:

Erundina enfrentou a máfia dos ônibus, e uma reação em cadeia provocada pelos grandes empresários da construção civil e dos lojistas. Movimentos contrários dos chamados bairros nobres, como Cidade Jardim, Higienópolis, Moema, pipocaram. Foi uma coisa medonha no nível da sociedade civil, e os empresários de ônibus se mancomunaram com a Câmara Municipal para impedir a aprovação do projeto (REDE BRASIL ATUAL, 2013).

Tal projeto de lei fora completamente banido das linhas editoriais da grande imprensa ao longo de junho; isto porque ele tocava no ponto nefrágico do sistema: era a prova cabal de que o senso comum - “todos os políticos são iguais⁸” - omite que as relações do Estado revelam-se como de poder, em que classes e grupos disputam o seu sentido. Desta

⁷ A matéria está disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/06/e-preciso-quebrar-o-oligopolio-dos-empresarios-de-onibus-em-sp-diz-marilena-chau-i-8389.html>>

⁸ Percebe-se, de fundo, a inspiração liberal: o Estado existe para possibilitar a convivência harmoniosa e se encontra acima dos interesses de grupos e classes sociais, buscando dirimir os conflitos naturais à essência humana. O político profissional, portanto, mostra-se quase como alienígena imparcial à órbita mundana e, quando há desvios, seus atos destinam-se a atender seus interesses meramente particulares e privados.

maneira, com este discurso ideológico, preservava-se os interesses econômico-empresariais da esfera pública, descredibilizava-se a política e, ao mesmo tempo, retirava-se qualquer sentido das manifestações.

Ao amanhecer do dia 13, ainda sob o clima da opinião de Jabor, nas principais bancas da cidade, em uma tabelinha entrosada, estilo Romário-Bebeto, os dois maiores jornais do estado construía a linha editorial que se pulverizava pelo país: a Folha de São Paulo, convocava à “*Retomar a Paulista*”; o Estadão, “*Chegou a hora do basta*”. O Estadão exigia a responsabilização de entidades e partidos políticos que lideravam o movimento:

O reconhecimento por parte de dirigentes do *MPL* de que perderam o controle das manifestações, assim como a *diversidade dos grupos* que o compõem - *anarquistas, PSOL, PSTU e juventude do PT*⁹, que têm em comum o radicalismo -, não atenuam a sua responsabilidade pelo fogo que atearam. Embora fragmentado, o movimento mantém sua força, porque cada grupo tem seus líderes, e eles já demonstraram sua capacidade de organização e mobilização. Sabem todos muito bem o que estão fazendo (O Estado de São Paulo, 2013)¹⁰ (grifos próprios).

Exigia também que a Polícia Militar agisse com rigor e, pelo visto, deixou a mensagem de que seria conivente com a repetição de abusos praticados em atos anteriores:

[...] (que o governador) determine que a PM aja com o máximo rigor para conter a *fúria* dos manifestantes, antes que ela tome conta da cidade [...] os manifestantes interromperam a circulação, paralisaram vasta área da cidade e *aterrorizaram* a população [...] Em suma, foi mais um dia de cão, pior do que os outros, no qual a violência dos manifestantes assustou e prejudicou diretamente centenas de milhares de paulistanos que trabalham na Paulista e no centro e deixou *apreensivos* milhões de outros que assistiram pela televisão às cenas de depredação (O Estado de São Paulo, 2013) (grifos próprios).

Já a Folha de São Paulo, em seu editorial, não deixou brechas para possíveis dúvidas quanto ao objetivo do movimento:

Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20 --abaixo da inflação, é útil assinalar-- não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens *predispostos à violência*¹¹ por uma ideologia pseudorrevolucionária, que

⁹ A mídia empresarial reconhecia, portanto, que os atos foram inicialmente puxados por organizações, entidades e partidos políticos de esquerda.

¹⁰ Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,chegou-a-hora-do-basta-,1041814,0.htm>>.

¹¹ Alguns dos grifos destes editoriais refletem, novamente, o que foi toda a cobertura da mídia empresarial durante esta fase, em que o discurso ideológico de atrelar o movimento à violência era detalhadamente construído.

buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados. Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: *transporte público de graça*. O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista. O que vidraças de agências bancárias têm a ver com ônibus¹²? (grifos próprios)

Desta maneira, nas mídias empresariais televisivas e impressas, a linha editorial ora criminalizava o movimento, ora deslegitimava suas pautas, impedindo um debate público mais profundo sobre as reivindicações. A pauta, local, e que inicialmente colocava em xeque não o Estado em si e a qualidade das políticas públicas, mas o lucro empresarial e o direito à cidade e mobilidade urbana, via-se preterida. Percebe-se que a teoria do agir comunicativo revela insuficiências para uma apurada compreensão dessa situação material, já que não poderemos vislumbrar, nessa realidade, a conformação de cidadãos livres e em igualdade de condições para articular racionalmente a argumentação e construção dos consensos. A existência de interesses de classe e de grupo completamente conflitantes demonstram o caráter ideal de tal perspectiva e sua dissociação do mundo concreto, real. Os atos constituíam-se, pois, na negação da autonomia da economia perante a política, perante a esfera pública. Chocavam-se, pois, com um aspecto ontológico da democracia liberal, exposto e criticado por WOOD:

[...] uma vez que a democracia poderia ser confinada a uma esfera ‘política’ formalmente separada, enquanto a economia seguia regras próprias. Se já não era possível restringir o tamanho do corpo de cidadãos, o alcance da cidadania podia então ser fortemente limitado, mesmo sem a imposição de limites constitucionais (WOOD, 2003, p. 174-175).

Aquela linha editorial, de maneira articulada, varou o dia; no final da tarde, era a vez do apresentador do “Jornal” televisivo Brasil Urgente, José Luiz Datena¹³, esbravejar, atônito, ao notar que o resultado da enquete “você é a favor desse tipo de protesto” fora positivo. Adicionara, então, “baderna” ao texto da pergunta e perdeu novamente a votação. A “livre” manifestação dos cidadãos já começara a afastar-se dos consensos anteriores e dos interesses

¹² Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>>.

¹³ O vídeo, que atingiu mais de um milhão de visualizações com surpreendente rapidez, está disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>>.

de grupos hegemônicos, deixando apresentadores de programas televisivos perplexos e um razoavelmente atordoados.

Durante o anoitecer, a mídia de canal fechado insistia na mesma linha editorial ao transmitir, ao vivo, a manifestação. Ali, ainda sem saber do que realmente ocorria em São Paulo e sem uma compreensão totalizante do que se passava, já alertara que a cobertura midiática destoava completamente da realidade¹⁴:

Ao assistir à cobertura das manifestações como se fossem cenas de guerra ao longo desta noite, em canais fechados - já que isto não seria pauta importante para os canais abertos - imaginei que, caso não detivesse o poder da visão, estaria convicto de que os manifestantes estavam armados até os dentes. Nos dois canais de jornalismo se passou a impressão de manifestações descontroladas, descontroladas, violentas e perigosas. Chegou-se a apoiar - timidamente, é verdade - o projeto de lei que busca enquadrar movimentos sociais na tipificação de terrorismo. Citaram que, frente à nossa 'tradição pacífica, esses atos fogem e muito do nosso padrão de normalidade' (VALENÇA, 2013).

O que se seguiu ao longo da noite, entretanto, desmentiu a tudo que se disse nas 24 horas anteriores. Uma brutal repressão policial, que não poupou nem a jornalistas¹⁵, prendeu centenas de pessoas, deixou inúmeras gravemente feridas, prendeu um jornalista da Carta Capital por portar vinagre¹⁶, e quase cegou uma repórter da Folha de São Paulo, imagem que girou o mundo¹⁷.

Se as redes sociais, ao contrário do que viria afirmar a grande mídia empresarial, não foram as responsáveis pelas mobilizações, neste momento, elas cumpriram um papel central: inúmeras fotos, vídeos de celulares, relatos, circularam incessantemente ao longo da madrugada. Sem elas, dificilmente haveria a publicização de tantos atos à margem da lei, e consequentemente, a necessidade de alteração urgente da linha editorial.

O consenso produzido ao longo da década de neoliberalismo (1990), fundado na crença de um teor “anti-democrático”, agressor do “direito de ir-e-vir”, “baderneiro” e “vândalo” de atos e protestos de rua; no esvaziamento da esfera pública e na pretensão da

¹⁴ Nesta noite eu estava desenvolvendo um projeto e me senti profundamente angustiado ao ouvir a cobertura midiática que adentrava do outro cômodo da casa; semelhante a um torcedor que acompanha o jogo mediante transmissão a rádio. Ao correr para o outro quarto, me senti no estádio.

¹⁵ Foram nove, os jornalistas atingidos e, pelo vídeo, vê-se que a ação repressiva foi deliberada e naturalizada, como em um campo de guerra: <<https://www.youtube.com/watch?v=a-6gjEufJ1s>>.

¹⁶ O jornalista Piero Locatelli foi detido por portar vinagre logo no início do ato, junto com dezenas de militantes. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5w1fxiXxdbw>>

¹⁷ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=a-6gjEufJ1s>>

mídia de deter o monopólio do espaço público, de fazer a pauta pública e dirigir o país como se não fossem empresas privadas, com interesses particulares e de grupo conforme CHAUI (REVISTA CAROS AMIGOS, 2013), ruiu em uma semana. E nem o exercício do domínio, da coercitividade estatal, foi capaz de resgatá-lo naquele momento.

Este consenso, que é parte central da hegemonia das classes dirigentes brasileiras, ao ser posto em xeque, levou a novos discursos ideológicos e a toda uma trama de omissões e lacunas propositalmente articuladas, com vistas a disputar o sentido dos atos que viriam. Manter a linha editorial anterior levaria a grande mídia empresarial à perda completa de legitimidade, poderia colocar o governo aliado – do estado de São Paulo – em apuros e, principalmente, restariam brechas para que o debate que iniciou as mobilizações adentrasse na esfera pública e permeasse os corações e as mentes: a repressão policial se deu para proteger o lucro empresarial e impedir o transporte público realmente público: gratuito.

Ali, encerrava-se a fase da criminalização.

3.2 A fase da cooptação

No dia seguinte, o MPL convocou novo ato, agora sob outra cobertura midiática: a repressão denunciada nas redes sociais levou a grande mídia empresarial a regredir. Desta vez, o ato reuniu dezenas (ou centenas, a depender da fonte informativa) de milhares de pessoas e, também, estouraram manifestações em todo o país. Até o fim de semana, não pararam de acontecer atos em solidariedade aos manifestantes de São Paulo, pela revogação dos reajustes de passagens e pelo passe livre, inclusive nos interiores dos estados.

O apoio popular “já deixara claro que o bloqueio à política – não o da polícia – havia, de algum modo, sido rompido” (VIANNA, 2013, p.56). Fazia-se premente a reestruturação do discurso da mídia e de sua legitimidade. A partir daí, o tom seria de apoio irrestrito às manifestações, de um lado e, de outro, mostrar que elas não eram por apenas vinte centavos. Quanto ao primeiro aspecto, a inversão ideológica que perdurara por décadas – pela qual pequenos grupos que se excediam em manifestações de rua acabavam por caracterizá-las por completo – viu-se desfeita: a partir daquele momento os atos eram em si pacíficos e, pequenos grupos, sempre ao final dos mesmos, cometiam excessos injustificados. Em

paralelo, os partidos de esquerda, aqueles que eram responsabilizados pela “baderna” dos primeiros atos, agora, seriam oportunistas. Teriam eles chegado após o “gigante acordar!”, para dele se apropriar e se beneficiar. Uma linha editorial de caráter cirúrgico, tênue e subliminar, passou a associar os grupos, entidades e partidos à violência nos atos. Manifestantes, pacíficos, diziam que não os queriam, nem seus símbolos e bandeiras. Esta cobertura da mídia, meticulosa, selecionava imagens e episódios e, assim, encobria não apenas a história e o sentido dos atos, mas também a organização de setores de extrema direita e a extrema violência contra manifestantes de esquerda que apenas externalizavam suas preferências políticas. É nesse sentido que se deu a cobertura, por exemplo, da expulsão de uma dupla de militantes do PCR do ato na Praça da Sé, em São Paulo¹⁸.

Os atos, então, estes eram do “brasileiro”, do “cidadão”, do “povo”. E Jabor, “arrependido”, pediu desculpas, não para reconhecer os equívocos de sua exposição anterior, mas para usurpar o protagonismo dos atos e sua plataforma política:

A primeira vista esse movimento parecia uma pequena provocação inútil que muitos criticaram erradamente, inclusive eu [...] Entre nós, quase tudo acabava ou em pizza ou em paralisia entre os três poderes; o Brasil parecia desabitado politicamente; de repente reapareceu o povo; de repente o Brasil virou um mar; uma juventude que estava calada desde 1992, uma juventude que nascia quando Collor caía, acordou, abriram os olhos e viram que temos democracia; mas uma República inoperante. Os jovens acordaram porque ninguém aguenta mais ver a República paralisada por interesses partidários ou privados [...] (JABORb, 2013).

Para além de retirar de cena os protagonistas do processo, de evocar-se “o povo” como conjunto de indivíduos que poderiam fazer surgir a vontade geral, fazia-se necessário, também, delimitar o que seria essa vontade geral, esse “consenso” produzido na “esfera pública”.

Assim, o ato convocado pelo MPL da segunda-feira foi noticiado pela Globo como sendo ato contra o aumento das tarifas e o “custo de vida”. Estava, pois, feita a ligação para a tentativa de apropriação das mobilizações para uma plataforma conservadora, de programa aberto, nacional e anti-governo Dilma. Não era mais por apenas vinte centavos. Menos ainda pelo fim do lucro empresarial e implementação do transporte público gratuito como direito à cidade e à mobilidade urbana – proposta de refundação de cidades sustentáveis. Era contra a

¹⁸ Imagens disponíveis em: <http://www.youtube.com/watch?v=0cGlq4T3CYk&feature=youtu.be>.

corrupção. Contra o mensalão. Contra a PEC 37. Contra a Copa e os megaeventos¹⁹. Em poucos dias, construiu-se um novo consenso: participar dos atos era uma demonstração de patriotismo, de felicidade, que deveria envolver toda a família.

Some-se a isto a ação desastrosa do prefeito de São Paulo de revogar os reajustes ao lado do governador do estado, abrindo margem para reforçar, novamente, o discurso de que “é tudo igual”, o silêncio da presidenta da República, e a anterior disponibilização por parte do Ministro da Justiça, Eduardo Cardoso, das Forças Nacionais para atuar nos conflitos. Tais elementos facilitariam a nacionalização do conflito e o estímulo ao sentimento do “estamos contra tudo”.

A esquerda brasileira, desnorteada, não compreendeu a rápida mudança de conjuntura política. O presidente do Partido dos Trabalhadores, Rui Falcão, em infeliz nota, convocou a militância para o ato do dia 20, como se esta nunca tivesse ido às ruas em defesa do passe livre; os partidos que se situam no campo de oposição de esquerda ao governo, preocupavam-se apenas em tecer justas críticas a Haddad e a Dilma. As centrais e outros movimentos sociais demoraram para perceber que pairava no ar um clima anti-organização popular, contra o conteúdo das bandeiras vermelhas.

E, então, no dia 20 de junho, milhões de brasileiros foram às ruas. Provavelmente, desde 1964, fora a primeira vez que empregadores dispensaram formalmente seus trabalhadores de suas jornadas de trabalho. A Globo suspendeu sua programação oficial e telenovela para dar cobertura completa de quando o “Gigante Acordou”.

De maneira persistente, a agressão de grupos neofascistas e desavisados aos militantes de esquerda fora escamoteada, em prol da manutenção do discurso ideológico. Em São Paulo, militantes foram expulsos do ato; em Natal, além de expulsos, dentre os militantes, o presidente do PSTU teve de ser hospitalizado e um dos filiados históricos do PT no estado, ex-presos político e vítima de tortura durante a ditadura militar, também foi fortemente agredido; no Rio de Janeiro, militantes foram violentamente agredidos até terem suas bandeiras e camisas rasgadas, o que demonstra que, para além da não participação, também se

¹⁹ Havia desde antes do início dos atos pelo passe livre mobilizações contra as violações de direitos humanos – especialmente de moradia – decorrentes da Copa, grandes obras e megaeventos. Todavia, somente a partir deste momento que tais demandas são aceitas e publicizadas pela grande mídia empresarial, bem como recepcionadas por pessoas não organizadas, que não estavam desde o início em diálogo com aquelas questões.

buscava rasgar os símbolos e seus significados. Resgatou-se, pois, algo que Chauí considera cotidiano na sociedade brasileira:

[..] a forte presença de uma representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos. Essa representação permite, em certos momentos, crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiros, e, em outros momentos, conceber a divisão social e a divisão política sob a forma dos amigos da nação e dos inimigos a combater, combate que engendrará ou conservará a unidade, a identidade e a indivisibilidade nacionais (CHAUÍ, 2006, p.7-8).

Como coloca SECCO (2013, p.74), “é preciso lembrar que a taxa de apartidarismo por parte da população sempre foi alta no Brasil, uma vez que os partidos burgueses e as instituições representativas nunca vicejaram entre nós”. Acrescente-se, ademais, a ação da mídia nestes últimos anos contra a política, visando torna-la “por essência corrupta, os partidos e a política” (CHAUÍ, 2013, p.11). Todavia, a rápida e precisa produção do discurso ideológico, omitindo diversos fatos e elementos, com vistas a manter a hegemonia das classes dirigentes, cumulado com os equívocos das lideranças de esquerda, é que possibilitou a ascensão do sentimento anti-partidário e anti-organização a tomada dos atos para outra direção.

Superavam-se, pois, seus elementos iniciais - a luta política se instaurara, inicialmente, com claro componente de classe ao ser contra o reajuste, mas também em defesa da gratuidade do transporte público, e ser organizada por entidades e organizações de esquerda. Em seu lugar, os atos transformaram-se em manifestação de civismo, de um patriotismo de brasileiros que exigiam melhores serviços públicos, criticavam os gastos com a Copa e a corrupção generalizada; resumindo, simbolizavam o “acordar do gigante”. E, por ser antes de tudo a expressão do descontentamento em relação a qualquer assunto²⁰, por conseguinte esse percurso representara a ponte entre o início dos atos e a crítica à presidenta da República.

A melhor síntese deste cenário encontra-se em depoimento de Dani Schwery, integrante da juventude do PSDB e ex- candidata a vereadora, em que, ao ser questionada do porquê dela ter resolvido vir justamente naquele momento para as manifestações de São Paulo, ela retruca:

²⁰ Durante o ato em João Pessoa, por exemplo, presenciei desde manifestações contra Feliciano e pelos direitos LGBTTs a dois cartazes, em momentos distintos do trajeto, com os dizeres “Só Jesus Salva”.

Porque essa manifestação agora tá com cara de uma manifestação de brasileiro; são os brasileiros que estão protestando. O Brasil é verde amarelo, o Brasil não é vermelho, o Brasil não é do PT. Então quando eu vi o pessoal lá se juntando prá ser até contra a depredação, falando: ‘não, não esse movimento não tem nada a ver com isso’; isso me animou. Ou ver então que o pessoal estava expulsando o pessoal do PSTU, PSOL, eu falei: ‘ah, isso é bacana’. Porque é esse tipo de coisa que tem que acabar, esse pessoal que tem mania de ficar organizando as minorias para incitar o ódio, a rivalidade. E tem interesses que são de bens sociais, coletivos, e acho que esse movimento mostrou isso, é o brasileiro recuperando a sua identidade. Isso é lindo, porque não vamos participar? Isso é muito bonito. Aqui tá cada um com sua motivação que não é só os 20 centavos e é bacana; e até porque, vamos falar a verdade, o Passe Livre óh, se....; eles tavam numa pegada de de repente ir prum ato meio comuna [...].o Brasil é isso, é alegria, chegar num protesto com felicidade, com sorriso, sem protestar [...] o pessoal do Passe Livre não emplacou, o movimento foi maior que eles, maior que o interesse deles. Eu vi que o pessoal no facebook, nas redes sociais e aqui, não tava exatamente criticando que o transporte seja cobrado, mas é o como, como fazer [...] (SCHWERY, 2013).

O depoimento de SCHWERY extravasa – diga-se de passagem, por pura ingenuidade – o intuito de setores das classes dirigentes brasileiras que, de maneira articulada, ressignificou a liderança e o conteúdo das jornadas de junho. Os partidos e organizações de esquerda foram repelidos; em seus lugares entraram os brasileiros, felizes e despidos de quaisquer conflitos, classes e grupos historicamente desprivilegiados frente a outros. A pauta do passe livre e direito à mobilidade urbana, ressignificada para a pauta dos *serviços* de transporte público. O problema revelava-se como gnosiológico e não ontológico: localizava-se no *como* e não na *essência*: era algo gerencial e de qualidade de serviços públicos, e não de modelo de sociedade e urbanidade.

Por mais que tivessem que noticiar a sublevação popular a partir de helicópteros, prédios, repórteres desconhecidos e sem identificação nos microfones e roupas; por mais que tivessem seus carros e sedes atacados nos atos que se seguiram, a grande mídia empresarial (e as classes dirigentes) conquistou, ali, razoavelmente, o sentido dos atos. Parcelas significativas dos próprios manifestantes o incorporou; entidades e organizações de esquerda, mesmo que parcialmente, também²¹. A mídia internacional seguiu o mesmo caminho; tanto que até a rede de comunicação não empresarial Telesur atribuiu a queda da popularidade da

²¹ Remeto o leitor à análise de Arielli Moreira, da Anel, disponível no início do presente artigo.

presidenta aos protestos por “mejores servicios públicos, contra la corrupción y el millonario gasto público en los estadios para el Mundial de fútbol de 2014” (TELESUR, 2013)²².

Após o dia 20 de junho, seguiram-se ainda inúmeros atos, porém, com proporções bem inferiores às registradas àquele dia:

Quantas pessoas foram às ruas

G1 passou a fazer a estimativa do número de manifestantes a partir de 17/6*



*A série de protestos em junho começou como reação ao aumento das tarifas de ônibus, metrô e trem em São Paulo e Rio no início do mês
Fonte: PM, Brigada Militar, Polícia Rodoviária Federal, Datafolha, COPPE-UFRJ e NiTrans

Figura 01: Quantas pessoas foram às ruas

Fonte: G1 – O portal de notícias da Globo, disponível em: < <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>>

Provavelmente em função da ação mais incisiva do Governo Federal e da proposição da reforma política, o que poderia vir a colocar em xeque a autonomia da economia frente à política e a democracia, e dos atos organizados por entidades de esquerda, a mídia privada passou a não mais dar tanta visibilidade às manifestações e a se concentrar na institucionalidade. Reafirmou-se, cada vez mais, de maneira direta²³ ou velada, que decisões complexas competem à técnicos, a burocracia, e não a todos os cidadãos. Se para a teoria da ação comunicativa todos os cidadãos devem ser livres e aptos a debater as temáticas importantes²⁴ com vistas a construir racionalmente consensos, neste momento houve um direcionamento claro no sentido da interrupção do debate público com fundamento na

²² Disponível em <<http://www.telesurtv.net/articulos/2013/09/10/presidenta-de-brasil-aumenta-popularidad-perdida-tras-protestas-sociales-d-ejunio-5716.html>>.

²³ A revista semanal “Veja” chegou a não apenas ridicularizar a proposta de plebiscito, mas, também, a insinuar que beneficiários de programas de transferência de renda deveriam perder o direito ao sufrágio, em sua edição de 10 de julho.

²⁴ As questões de ciência e tecnologia não são seriam questões técnicas, para especialistas, mas essencialmente de natureza política e prática.

tecnocracia e no elitismo democrático (SARTORI, 1994). Houve, assim, um arrefecimento dos atos e a progressiva redução do debate público, ao longo dos meses seguintes.

4. Considerações finais

As jornadas de junho representaram uma instância dialógica de reivindicações políticas; um momento político de quebra da nossa história de democracia de baixa densidade alternada por frequentes períodos ditatoriais.

Para compreendê-las, a teoria do agir comunicativo revela insuficiências e demonstra não considerar importantes categorias de análise. Assim, não é que existam elementos que desviem a situação real das condições ideais de diálogo, mas, sim, que apenas a categoria do ambiente discursivo racional não é capaz de contemplar as contradições que existem na sociedade, ou para ser mais específico, os interesses irreconciliáveis em uma sociedade cindida em classes sociais. Se, para tal teoria, o agir comunicativo constrói o consenso, o debruçar-se sobre este período demonstra que não apenas as contradições de classe não foram superadas a partir do convencimento “livre”, como a compreensão de tais processos requerem categorias fundantes de cunho materialista, tais como a ideologia e a hegemonia.

Os atos inicialmente apontavam a centralidade da economia e de interesses de classes distintos, já que, como ressaltado, para além da reconsideração a cerca dos reajustes havia a plataforma do Passe Livre e fim do lucro empresarial sobre a mobilidade urbana. A partir de intenso discurso ideológico e disputa de hegemonia, tem-se a ressignificação do sentido de tais mobilizações. Não foi, portanto, o procedimento discursivo racionalmente equilibrado que provocou a constituição de novos consensos. Ao contrário, ocorreu uma dialética domínio-consenso em que ambos interligados intentavam preservar o *status quo*. Percebe-se, pois, que a “condição dos participantes dos espaços públicos de debate é claramente de desigualdade, constituindo-se relações sociais de dominação empiricamente verificáveis, e para as quais a elaboração de modelos contrafactuais mostra-se pouco efetivo” (DIEHL, 2012, p.15). Ao contrário, as categorias ideologia e hegemonia desnudaram a relação material de dominação de classe e foram essenciais para, ao invés de se identificar o espaço da racionalidade discursiva autônomo frente a economia e o Estado, revelarem o que se mantém

incólume na democracia liberal: a autonomia e intangibilidade da economia pela política, pelos desejos e interesses de cidadãos espoliados do poder econômico.

5. Referências

ÀS DECLARAÇÕES DO SR. PROMOTOR DE JUSTIÇA ROGÉRIO ZAGALLO. Brasil de Fato. São Paulo, 17 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/13258>>. Acesso em 18 jun. 2013.

BORGES, Bento Itamar. In: BARRETTO, Vicente de Paulo; CULLETON, Alfredo (Coords.). **Dicionário de filosofia política**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010. p. 150-153.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Brasil**: Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

DATENA e enquete sobre protestos Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7cxOK7SOI2k>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

DANI SCHWERY NO PROTESTO. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=KmytCM1le7M>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

DIEHL, Diego Augusto. Construção dos direitos humanos pelos povos da América Latina – uma análise crítica da teoria dos sistemas e da teoria do discurso a partir da filosofia da libertação latino-americana. In: Encontro Anual da ANDEPH, 7., 2012. Curitiba, **Anais**. São Paulo: ANDEPH, 2012, p. 01-20.

DILMA Rousseff AUMENTA POPULARIDAD PERDIDA TRAS PROTESTAS SOCIALES. **Telesur**.

Caracas, 10 set. 2013. Disponível em: <http://www.telesurtv.net/articulos/2013/09/10/president-a-de-brasil-aumenta-popularidad-perdida-tras-protestas-sociales-d-ejunio-5716.html>>. Acesso em 13 set. 2013.

EDITORIAL: Retomar a Paulista. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>> Acesso em: 13 jun. 2013.

EDITORIAL: Chegou a hora do basta. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 13 jun. 2013. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,chevou-a-hora-do-basta-,1041814,0.htm>>. Acesso em 13 jun. 2013.

EXCLUSIVO: Marilena Chauí pede que Haddad quebre o cartel de empresários de ônibus. **Rede Brasil Atual**, São Paulo, 19 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/06/e-preciso-quebrar-o-oligopolio-dos-empresarios-de-onibus-em-sp-diz-marilena-chaui-8389.html>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

"EU ERREI" DIZ ARNALDO JABOR. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=DleWPclxFO0>>. Acesso em: 25 jun. 2013a.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

HABERMAS, Jürgen. Soberania popular como procedimento. Um conceito normativo de espaço público. **Novos Estudos**. São Paulo, N° 26, p.100-113, 1990.

_____. **Teoría de la acción comunicativa, I**. Tradução de Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1999.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O QUE FAZER: As questões palpitantes do nosso movimento**. São Paulo: Hucitec, 1979.

LUXEMBURGO, Rosa. **Greve de massas, partido e sindicatos**. São Paulo: Kairós, 1979.

PCR É EXPULSO DA PRAÇA DA SÉ. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=0cG1q4T3CYk&feature=youtu.be>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

MARX, Karl. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

REPÓRTER DA CARTACAPITAL É DETIDO POR PORTAR VINAGRE. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5w1fxiXxdbw>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

REPÓRTER É ATINGIDA POR BALA DURANTE PROTESTO. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=a-6gjEufJ1s>>. Acesso em: 15 jun. 2013.

REVOLTOSOS DE CLASSE MÉDIA NÃO VALEM VINTE CENTAVOS. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IyiQH4QAbuQ>>. Acesso em: 25 jun. 2013b.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1994.

VALENÇA, Daniel Araújo. Quando os discursos se desmancham no ar. **De olho no discurso**, Natal, 14 jun. 2013. Disponível em: < <http://www.blogdodanieldantas.com.br/2013/06/quando-os-discursos-se-desmancham-no-ar.html>>. Acesso em 14 jun. 2013.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. 2º ed. São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**. A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.